AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
E-ISSN 2238-5533

Crise climática, consumismo e desigualdade socioambiental: a ecopedagogia como caminho para uma educação crítica e sustentável[1]

Priscila Maria Souza da Silva[1]
Universidade Feevale - Brasil
https://orcid.org/0009-0006-7661-4641

Suelen Bomfim Nobre[2]
Universidade Feevale - Brasil
https://orcid.org/0000-0001-6414-0959

Resumo: Este estudo tem como objetivo, refletir criticamente sobre as implicações do modelo capitalista na intensificação da crise climática e da desigualdade socioambiental, discutindo a Ecopedagogia como proposta educativa para o desenvolvimento da consciência planetária e do consumo consciente. Trata-se de um ensaio teórico de natureza qualitativa e argumentativa, fundamentado em obras de referência nos campos da Educação Ambiental Crítica, Ecopedagogia e das Ciências Sociais. A proposta visa uma articulação reflexiva entre os autores e conceitos relevantes, a fim de contribuir para o debate acerca da justiça socioambiental e práticas educativas sustentáveis. Os resultados indicam que a Ecopedagogia, ao integrar as dimensões socioambientais pode fortalecer a sensibilização sobre o consumo frente à emergência climática. A abordagem ecopedagógica pode promover a reflexão crítica por meio de práticas educativas interdisciplinares alinhadas à justiça climática e a superação das desigualdades socioambientais.
Palavras-chave: Ecopedagogia. Mudanças Climáticas. Educação Ambiental Crítica. Consciência Planetária. Consumo Consciente.

Crisis climática, consumismo y desigualdad socioambiental: la ecopedagogía como camino hacia una educación crítica y sostenible

Resumen: Este estudio busca reflexionar críticamente sobre las implicaciones del modelo capitalista en la intensificación de la crisis climática y la desigualdad socioambiental, analizando la ecopedagogía como enfoque educativo para el desarrollo de la conciencia planetaria y el consumo consciente. Se trata de un ensayo teórico cualitativo y argumentativo, basado en obras de referencia en los campos de la Educación

[1] Recebido em: 08/10/2025. Aprovado em: 12/05/2026.
[2] Servidora pública na Secretaria de Educação de Campo Bom, Mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale, Especialista em Ensino de Biologia pela Faculdade da Região Serrana - Farese. Graduada em Ciências Biológicas Licenciatura pela Universidade Feevale. Email: pry_op@hotmail.com
[3] Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Brasil. Pós-doutorado em Educação, Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática. Email: suelennobre@feevale.br

Ambiental Crítica, la ecopedagogía y las ciencias sociales. La propuesta busca abordar reflexivamente autores y conceptos relevantes, contribuyendo al debate sobre la justicia socioambiental y las prácticas educativas sostenibles. Los resultados indican que la ecopedagogía, al integrar dimensiones socioambientales, puede fortalecer la conciencia sobre el consumo ante la emergencia climática. El enfoque ecopedagógico puede promover la reflexión crítica a través de prácticas educativas interdisciplinarias alineadas con la justicia climática y la superación de las desigualdades socioambientales.
Palabras-clave: Ecopedagogía. Cambio climático. Educación ambiental crítica. Conciencia planetaria. Consumo consciente.

Climate crisis, consumerism and socio-environmental inequality: ecopedagogy as a path to critical and sustainable education

Abstract: This study aims to critically reflect on the implications of the capitalist model for the intensification of the climate crisis and socio-environmental inequality, discussing Ecopedagogy as an educational approach for developing planetary awareness and conscious consumption. This is a qualitative and argumentative theoretical essay, based on reference works in the fields of Critical Environmental Education, Ecopedagogy, and Social Sciences. The proposal aims to engage reflectively with relevant authors and concepts, contributing to the debate on socio-environmental justice and sustainable educational practices. The results indicate that Ecopedagogy, by integrating socio-environmental dimensions, can strengthen awareness about consumption in the face of the climate emergency. The ecopedagogical approach can promote critical reflection through interdisciplinary educational practices aligned with climate justice and the overcoming of socio-environmental inequalities.
Keywords: Ecopedagogy. Climate Change. Critical Environmental Education. Planetary Awareness. Conscious Consumption.

INTRODUÇÃO

A Ecopedagogia surgiu como um movimento de natureza social e política, cujo propósito é cultivar uma visão mais holística e global da nossa relação com o universo, especialmente com o lugar que chamamos de lar, o planeta Terra (Gutiérrez; Prado, 2013). Sendo assim, a Ecopedagogia também é considerada uma abordagem educacional, ou um movimento pedagógico que visa promover uma aprendizagem baseada nas dinâmicas do cotidiano, nas experiências reais da sociedade e nos interesses dos pequenos grupos e da coletividade (Gadotti, 2000).

Além disso, ela busca desenvolver o olhar crítico e o pensamento reflexivo, integrando as questões ambientais nas diversas áreas do currículo. De maneira interdisciplinar, dando voz aos estudantes e valorizando seus sentimentos, ela busca promover uma compreensão profunda dos desafios socioambientais gerados pelo antropoceno e pela globalização (Carvalho, 2020; Gadotti, 2000; Gutiérrez; Prado, 2013).

Portanto, fica evidente que a educação é crucial na promoção do pensamento crítico em relação aos saberes socioambientais (Carvalho, 2020; Klima, 2013; Sant'ana;

Cunha; Suanno, 2016). Isso pode vir a favorecer a ressignificação de valores éticos nos alunos e influenciar no desenvolvimento da consciência planetária, conforme afirmam Gutiérrez e Prado (2013). Frente a essas questões, uma educação crítica deve formar alunos atentos aos diferentes aspectos da formação da sociedade, especialmente os de cunho social, político, econômico, cultural e ambiental (Pena-Vega, 2023).

Todavia, Carvalho (2020) reflete acerca dos inúmeros desafios que a educação para a sustentabilidade enfrenta, desafios estes que se tornam grandes obstáculos para a mudança de pensamento e dos currículos escolares. A autora identifica o consumismo excessivo praticado pelos jovens, como um dos principais entraves para uma educação que visa transformar o relacionamento socioambiental, uma vez que o consumismo manifesta uma mentalidade profundamente enraizada nas gerações contemporâneas. Esse pensamento corrobora com a ideia de Silva e Carvalho (2013), que afirmam que no mundo consumista, os indivíduos priorizam a gratificação imediata e continuada de seus desejos, em uma tentativa de afastar qualquer sinal de mal-estar e sem que haja uma reflexão pelas consequências das suas ações.

A fim de enfrentar os problemas ligados às mudanças climáticas, Schirts (2022) destaca a necessidade de uma análise crítica a respeito do consumismo que emerge do sistema capitalista. Segundo este autor, o capitalismo desempenha um papel crucial na ampliação global da queima de combustíveis fósseis, exigindo uma profunda reflexão sobre os modos de produção e consumo, bem como a distribuição desigual de recursos econômicos que caracterizam a estrutura social. Em vista disso, é crucial conduzir análises e reflexões a respeito das dinâmicas decorrentes do sistema capitalista e suas implicações no processo de aprendizagem. É essencial também, reconhecer suas influências no exercício da cidadania e no reconhecimento social, compreendendo que ambas estão inteiramente ligadas às questões de cunho ambiental, principalmente no que diz respeito às mudanças climáticas (Pena-Vega, 2023).

Conforme os dados da Organização para as Nações Unidas (ONU) e do Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a crise climática é considerada uma das maiores ameaças socioambientais na vida humana atualmente. Portanto, questionar o paradigma capitalista é essencial para avançar na implementação de práticas educativas diárias que fomentam a mudança nos padrões de consumo, buscando oferecer soluções eficazes para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos (Pena-Vega, 2023).

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como um ensaio teórico, cujo propósito é refletir criticamente sobre a emergência climática em escala global, considerando os impactos gerados pelo modo de produção capitalista e suas implicações na intensificação das desigualdades sociais. Para tanto, discute-se a respeito da má distribuição de renda e o racismo ambiental como expressões estruturais dessas desigualdades. A partir disso, propõe-se a Ecopedagogia como um caminho para a construção de práticas educativas interdisciplinares, voltadas à promoção da consciência planetária e do consumo consciente.

A abordagem adotada é teórico-argumentativa, fundamentada em autores do campo da Educação Ambiental (Loureiro, 2003; Carvalho, 2008), da Ecopedagogia (Gadotti, 2000; Gutiérrez e Prado, 2013) e das Ciências Sociais (Bauman, 2008; Ortiz, 1983; Piketty, 2014; Sales, 1994; Salles e Camatta, 2019; Souza, 2016). Para Severino (2014), o ensaio teórico constitui uma reflexão crítica que permite ao autor maior liberdade para sustentar uma determinada perspectiva, sem a necessidade de recorrer de maneira tão rigorosa, a coletas empíricas ou à extensa seleção de documentação bibliográfica. Assim, este estudo não tem a pretensão de englobar a totalidade da produção acadêmica sobre o tema, mas sim promover uma articulação reflexiva entre conceitos e contribuições de estudos que permitem ampliar o debate sobre justiça socioambiental e práticas educativas comprometidas com a sustentabilidade e a equidade.

Destaca-se que, por se tratar de um ensaio teórico, não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para coleta, processamento ou análise de dados. Eventualmente, o recurso tecnológico foi utilizado como apoio na edição, ajustes de fluidez e organização textual, sem interferência na elaboração crítica ou nos argumentos desenvolvidos no presente estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O consumismo arraigado nas gerações contemporâneas

Ao abordar a influência do consumismo excessivo nas gerações atuais, e o quanto isso pode refletir nos processos de ensino e aprendizagem, é importante considerar a sua relação com o contexto do capitalismo e da globalização (Silva;

Carvalho, 2013). Soares e Leal (2020) argumentam que, ainda que consumir seja um ato inerente ao ser humano para sua sobrevivência e conforto, o consumismo, como uma prática de consumo frequente e excessivo, tornou-se um grande problema oriundo da globalização, visto que, o que antes era considerado como algo necessário, tornou-se uma válvula de escape, para aliviar ansiedades e satisfazer desejos, trazendo uma falsa ideia de inclusão social.

Tal sistema de consumo capitalista, tem sido altamente difundido e amplificado pelos meios de comunicação e pelas redes sociais. A exposição constante nessas plataformas, aliada à vulnerabilidade dos consumidores, influencia os comportamentos de compra, modificando a percepção que o indivíduo possui sobre o que realmente é uma necessidade e o que é apenas desejo, estimulando o consumo descontrolado, como afirmam Soares e Leal (2020). Sobre esse consumo exacerbado, Souza (2016) o caracteriza como um tipo de consumismo apocalíptico, destacando que ele proporcionou um vazio moral na sociedade contemporânea. Essa busca incessante por consumir, segundo o autor, tem contribuído para uma crise existencial que ameaça a coesão social e política.

Em consequência desta crise, a sociedade civil como um todo, especialmente a população jovem, abraçou esse padrão de consumo totalmente descontrolado, que se revela como um dos principais fatores que impulsionam a degradação ambiental (Carvalho, 2020). Em seu estudo, Soares e Leal (2020) trazem um breve panorama histórico da mudança nos padrões de consumo da população mundial. Os autores elucidam que até a chegada do século XX, em sua maioria, os produtos disponíveis no mercado eram duráveis e eficientes, sendo raramente substituídos.

Para Piketty (2014), o aumento do poder de compra e dos padrões de vida ao longo do tempo decorreu, principalmente, da mudança no perfil de consumo, conforme o autor, “um consumo majoritariamente constituído de produtos alimentares, foi aos poucos substituído por outro muito mais diversificado, rico em produtos industriais e serviços” (Piketty, 2014, p. 108).

Soares e Leal (2020) afirmam que isso certamente exige que a publicidade alcance um número cada vez maior de pessoas. Podemos inferir, portanto, que os jovens, por estarem em constante acesso às plataformas digitais, estão mais suscetíveis a serem alcançados por esse tipo de publicidade. Nesse contexto, os autores supracitados afirmam que, o principal objetivo das potências mundiais é incentivar o consumo

contínuo, já que diante da exposição diária e massiva a informações sobre novas mercadorias e serviços, os consumidores são conduzidos a ingressar e permanecer em uma economia pautada pelo excesso e pelo desperdício (Soares; Leal, 2020).

Por essa razão, o consumo excessivo, estimulado pelas dinâmicas do capitalismo e amplificado pelos meios de comunicação, não apenas pode influenciar os comportamentos individuais, mas também gerar impactos estruturais mais profundos (Bauman, 2008). Entre esses impactos, destaca-se a relação direta entre o consumo desenfreado, a má distribuição de renda e a emergência climática global. Isso porque, enquanto uma parcela da população tem acesso a uma ampla gama de produtos e serviços, outra enfrenta a escassez de recursos básicos, evidenciando as desigualdades sociais e as consequências ambientais provocadas por esse modelo de produção e consumo (Piketty, 2014).

Desigualdade de renda e emergência climática global

Questões relacionadas à distribuição de renda e a percepção de injustiça social, devem ser tratadas em todas as áreas do currículo escolar, desde a educação básica até o ensino superior, dada a sua relevância para a sociedade civil e a sua relação com a crise climática global. Para tanto, cabe refletirmos sobre questões importantes relacionadas à desigualdade social, uma vez que, a forma como o profissional da educação compreende a pobreza e as desigualdades sociais, impacta diretamente na condução das discussões sobre este tema no ambiente escolar. Para Pascoal (2016), os professores tendem a refletir suas percepções e experiências pessoais em seu ambiente de trabalho, o que torna imprescindível o diálogo sobre tal temática.

A relevância das questões de distribuição de renda e desigualdade social é reforçada por longos debates entre pesquisadores de diversas áreas, especialmente entre sociólogos e economistas. Destaca-se o sociólogo Pierre Bourdieu, cujas produções alcançam as mais variadas esferas da sociedade e que aborda o papel do capital cultural na reprodução das desigualdades; e o economista Thomas Piketty, que analisa a concentração de riqueza e suas consequências. Esta temática também foi discutida por Souza (2016), onde destaca que, a renda ou a riqueza de algumas pessoas pode influenciar no bem-estar de outras. Para Souza (2016), a percepção de injustiça na

distribuição dessas riquezas, pode gerar emoções intensas que vão desde a resignação e conformidade com a desigualdade, até a revolta e indignação contra o sistema.

Nesse contexto, entende-se que as desigualdades econômicas não afetam somente as emoções perceptíveis e pessoais, mas se refletem também nos padrões inconscientes de consumo da população como um todo. Diferentes estudos (Piketty, 2014; Silva; Scherer; Porsse, 2015; Souza, 2016; Vaz; Hoffmann, 2021) apontam que, é comum observar mudanças significativas nos padrões de consumo da população, quando indivíduos ou famílias de classes socioeconômicas mais baixas alcançam uma certa ascensão econômica. Tal fenômeno pode estimular a compra de itens que possuem um valor simbólico, como produtos de marcas reconhecidas, porém falsificados, além de possibilitar o consumo em outras áreas como educação, saúde, higiene e lazer.

Essa transição não apenas reflete em mudanças materiais e na qualidade de vida, mas também pode influenciar as aspirações e identidades sociais das pessoas, alterando suas percepções sobre consumo e status dentro da sociedade. Tais percepções e emoções podem, ainda, desencadear comportamentos distintos na população de baixa renda. Bourdieu (1930 *apud* Ortiz 1983) explica que, ao conquistarem um emprego promissor ou algum tipo de melhoria financeira, alguns indivíduos tendem a adotar um consumo desenfreado como forma inconsciente (ou não) de compensação por privações passadas ou como uma tentativa de ascender a um status social mais elevado. Isso evidencia que, à medida que o cidadão vai obtendo maior capital econômico, torna-se comum consumir cada vez mais.

Para Ortiz (1983), esse comportamento não ocorre de forma aleatória, mas relaciona-se com a necessidade de distinção, inclusão e reconhecimento social. Em cada estrato social, aquilo que antes era visto como desnecessário, inacessível ou até fantasioso para os grupos posicionados em níveis inferiores, passa a ser considerado trivial e indispensável quando se torna parte do consumo do nível seguinte. Isso ocorre porque novos bens e práticas, ainda mais exclusivos e distintivos, surgem para marcar diferenças sociais.

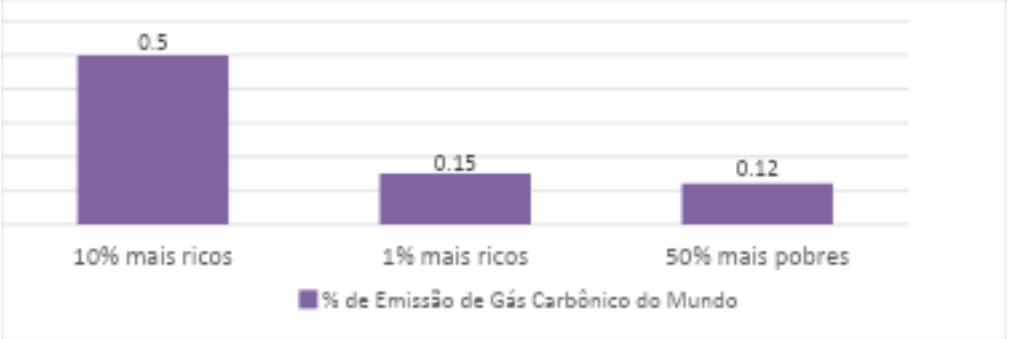
Tal reflexão, amplia a compreensão acerca das motivações do consumo, evidenciando que os bens adquiridos, além do valor, também possuem uma função simbólica. Os estudos de Bourdieu (1930) *apud* Ortiz (1983), acrescentam, ainda, a ideia da existência de uma necessidade de distinção entre as classes a partir do *habitus* de classe, onde o “gosto” não passa de um marcador, ou um delimitador, que legitima as

diferenças sociais. Para Ortiz (1983), até mesmo as escolhas pessoais como a preferência por carros, roupas, comidas, leituras, são influenciadas por essas conexões sutis que refletem os interesses de classes. Essas escolhas reafirmam certos indivíduos em um determinado status social (independentemente de sua renda ser alta ou não), e fortalecem tanto os laços de afinidade e de simpatia, como os de antipatia e preconceito social para com as demais classes.

Isso fortalece a concepção de consumo excessivo e ostensivo, ou o que Veblen (1899) *apud* Salles e Camatta (2019), veio a chamar de consumo "conspícuo", que anteriormente era típico de classes mais abastadas, e que passou a ser exercido também por pessoas pertencentes a classes consideradas inferiores. Quando atingem um maior volume de capital econômico, estes indivíduos procuram imitar o estilo de vida das classes mais altas e escapar da associação com o status da pobreza, distinguindo-se socialmente dos demais membros da sua classe anterior (Veblen, 1899 *apud* Salles; Camatta, 2019). Portanto, isso é particularmente relevante para as populações que emergem da pobreza, onde o consumo conspícuo tende a ser uma resposta às pressões sociais para aparentar sucesso e estabilidade financeira.

No entanto, é importante destacar que, embora o consumo conspícuo esteja presente em diferentes camadas sociais, não se pode atribuir igualmente a toda a população mundial a responsabilidade pela degradação ambiental e das mudanças climáticas. A desigualdade de renda nas últimas décadas, teve um considerável impacto sobre o ambiente, acelerando o aquecimento do planeta. Schirts (2022) apresenta alguns dados estatísticos que evidenciam a desigualdade na emissão de gases de efeito estufa entre classes econômicas distintas. Com objetivo de facilitar a compreensão, tais informações foram representadas na Figura 1 para ilustrar visualmente essa desigualdade. Os dados foram adaptados de Schirts (2022, p.85), e demonstram que a concentração de riqueza está diretamente relacionada à concentração das emissões:

Figura 1 - Porcentagem de emissão de gás carbônico mundial conforme a faixa de renda



Fonte: Adaptado de Schirts (2022, p.85), 2025

No contexto representado pela Figura 1, Schirts (2022) defende que quanto maior a renda, maior tende a ser o consumo e, consequentemente, maior a utilização de recursos naturais. Observa-se que, em contrapartida aos altos níveis de gases de efeito estufa emitidos pelos mais ricos, os 50% da população mais pobre (responsável por apenas 12% de todas as emissões globais) são os que sofrem os maiores impactos da degradação ambiental, especialmente a crise climática. Tal contradição revela não apenas a disparidade no acesso a bens de consumo e serviços, mas também a injustiça estrutural que marca o sistema econômico contemporâneo, em que os "custos" socioambientais recaem desproporcionalmente sobre os mais vulneráveis.

Para Schirts (2022), ainda que as ações individuais tenham relevância e não devam ser descartadas, sua eficácia é limitada se não estiverem articuladas a políticas públicas mais rigorosas, capazes de promover mudanças significativas tanto no setor privado quanto no cotidiano da sociedade civil. Assim, percebe-se que as soluções não podem se limitar a práticas individuais de consumo mais sustentável, mas exigem algumas mudanças estruturais que estejam baseadas em políticas públicas rigorosas e redistribuição de responsabilidades entre países e grupos sociais.

Nessa mesma linha de estudos, Barbosa (2022) argumenta:

> [...] as populações mais ricas do planeta emitem quatro vezes mais gases de efeito estufa (GEE) do que populações de países em desenvolvimento. Não há dúvida de que todos os seres humanos do planeta estão vivenciando os efeitos das mudanças climáticas, mas o fato que estamos novamente reforçando aqui é que há algumas populações mais vulnerabilizadas que outras (Barbosa, 2022, p. 163).

A reflexão de Barbosa (2022) reforça, portanto, a ideia de que os impactos da crise climática não são proporcionalmente distribuídos. Nesse sentido, os dados

apresentados em 2024 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), corroboram que a extração dos recursos naturais veio a triplicar nos últimos 50 anos. O relatório alerta para as disparidades entre os países altamente industrializados e os países em desenvolvimento, em relação às causas da crise planetária, destacando que as desigualdades são o centro do uso global dos recursos: países de baixa renda produzem impactos climáticos aproximadamente 10 vezes menores do que os países de alta renda (ONU Brasil, 2024).

Dessa forma, é possível perceber que a crise ambiental impacta todos os grupos sociais, porém de maneira desproporcional, refletindo lógicas de acumulação de capital. A formação de pequenos grupos da elite que concentram a maior parte das riquezas mundiais, agravam ainda mais essas desigualdades (Barbosa, 2022; Piketty, 2014; Quintana; Hacon, 2011; Schirts, 2022; Souza, 2016). Esta elite econômica possui menor suscetibilidade a sofrer com desastres naturais e uma capacidade significativamente maior de enfrentamento e recuperação pós-desastre, caso venha a ser afetada.

Podemos descrever essa dinâmica como perversa, pois resulta no avanço sobre espaços vitais da vida humana e social, em busca de lucro e benefícios de uma pequena minoria populacional. Essa dinâmica de acumulação pode ser observada em diferentes países, mas é particularmente evidente no Brasil desde o início de sua formação como sociedade (Piketty, 2014; Sales, 1994; Souza, 2005, 2009; Souza, 2016). Como argumenta Sales (1994), a disparidade de renda no Brasil é considerada uma marca social de nosso país perante o mundo. Sendo assim, é fundamental que os docentes reflitam acerca das origens da dinâmica de desigualdade social, já que o ambiente escolar é caracterizado por uma diversidade de relações sociais.

Racismo ambiental: as raízes profundas da desigualdade social

As mudanças climáticas são, claramente, fatores centrais no grave problema ambiental que enfrentamos atualmente, porém, não podem ser dissociadas das questões de injustiça social, ambiental e racial. Conforme afirma Pena-Vega (2023), todos esses temas formam um conjunto indivisível. Para tanto, ao dialogar acerca das origens das dinâmicas de desigualdade social no Brasil, faz-se importante tratar, ainda que brevemente, de assuntos como o racismo ambiental, que revela uma série de injustiças estruturais e ambientais presentes na sociedade.

O debate acerca do racismo ambiental e sua inserção nos currículos das escolas é uma pauta importante, que vem enriquecer os diálogos entre docentes e discentes na educação antirracista (Francisco Junior, 2008). A partir disso, os alunos podem desenvolver pensamento crítico e reflexivo acerca do atual modelo capitalista de produção e consumo, que se fundamenta na exploração desenfreada dos recursos naturais e da vida como um todo. Esse modelo impacta especialmente as populações mais vulneráveis, como pessoas em situação de pobreza, crianças, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, negros, indígenas, trabalhadores informais, migrantes ou refugiados, e as comunidades periféricas como um todo (Alves-Brito; Alho, 2022).

Conforme já observado, aqueles que mais sofrem os impactos da crise climática são exatamente os que menos contribuem para o aquecimento do planeta. Nas regiões mais pobres ou marginalizadas, o número de fatalidades devido aos extremos climáticos como frio, ondas de calor, secas, inundações e, também, as tempestades, chegou a ser 15 vezes maior na última década, em comparação às regiões mais bem estruturadas (Belmont, 2023; Oliveira, Junior e Baptista, 2023). Em seu estudo, Belmont (2023) ressalta que, ao falar de racismo ambiental, estamos falando sobre quem são as pessoas que vivem em encostas, margens de rios e periferias, muitas vezes sem acesso a saneamento básico e assistência médica. Também falamos sobre quem enfrenta enchentes, enxurradas e deslizamentos, e, principalmente, sobre a cor da pele predominante entre essas vítimas.

A autora supracitada explora, ainda, as interseções entre a história da opressão racial e da desigualdade social no Brasil, que estão intimamente ligadas com as questões climáticas. A autora elucida que, carregamos a experiência histórica de um povo escravizado e explorado por séculos, e, em razão disso, toda a estrutura social brasileira está fundamentada no racismo e na elite branca latifundiária que detinha todo o poder e os recursos financeiros, enquanto a população negra e indígena gerava toda a riqueza necessária para a construção do país.

Acerca do poder dos senhores de terra no Brasil, o estudo de Sales (1994, p.3) corrobora que “o latifúndio escravocrata, monocultor e esterilizador da diversidade social (ou divisão social do trabalho, em termos mais modernos) estava, portanto, intrinsecamente vinculado ao poder privado dos senhores de terras”. Ou seja, podemos interpretar que esse antigo sistema foi o grande responsável pela divisão social do

trabalho extremamente desigual, onde uma pequena elite branca detinha o controle sobre os meios de produção, e, em consequência disso, controlava toda a distribuição de riquezas e acesso aos recursos básicos de sobrevivência, marginalizando e subjugando os demais grupos como os povos indígenas e toda a população negra.

Em harmonia com este pensamento, Hora Filho (2016) destaca que nosso país é resultado de uma colonização predatória e parasitária, que consumiu a vida das pessoas por diferentes vias. O autor reforça a ideia de que nossa sociedade é moldada pelas consequências dessa colonização predatória, em que os mesmos sistemas econômicos e sociais que foram estabelecidos lá naquele período, ainda exploram os recursos naturais de maneira irresponsável, consumindo a vida humana de diversas maneiras, inclusive de forma econômica, social e cultural.

É por essa razão que Santos (2023) afirma que o movimento negro já vem tratando destas questões há bastante tempo, e muitas das respostas para os desafios socioambientais contemporâneos, já eram práticas rotineiras nas comunidades indígenas e africanas mais antigas. "Inclusive porque são os que sentem na pele, na estrutura do meio urbano ou rural, as consequências da omissão de políticas públicas e, ao mesmo tempo, da carga de impactos ambientais" (Santos, 2023, p. 27).

Santos (2023) elucida que, na maioria das vezes, o racismo ambiental se manifesta a partir das dificuldades cotidianas enfrentadas pelas comunidades periféricas, mas acaba recebendo destaque apenas em situações de grandes catástrofes ambientais. Um exemplo disso, foi a tragédia que ocorreu no estado do Rio Grande do Sul no mês de maio de 2024, decorrente do alto volume de chuvas, gerando impactos profundos na economia, agricultura, educação, saúde, infraestrutura e transporte urbano (Gularte et al., 2024). Como tantos outros que já ocorreram no Brasil, esse evento devastador deixou às claras quem são as pessoas mais afetadas diretamente com a crise climática global. Dessa forma, o racismo ambiental é considerado por Belmont (2023) como perverso, sendo ele "mais um exemplo da apropriação da vida humana e da natureza, sob a máscara da retórica de um desenvolvimento sustentável inventado, de uma energia limpa que destrói territórios e invisibiliza comunidades" (Belmont, 2023, p. 19).

Entendemos, portanto, que as mudanças climáticas têm grande potencial de intensificar as desigualdades sociais e raciais já existentes no Brasil, desde os primórdios da sociedade brasileira. A crise climática deixa escancarada a dura e injusta realidade da maioria dos brasileiros não pertencentes à elite branca, expondo as

disparidades socioeconômicas e socioambientais. Essas acabam funcionando como uma espécie de fomentador de um debate muito mais amplo sobre as questões climáticas, não apenas como uma questão ambiental, mas de justiça social e racial, conforme afirma Redó (2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estreitando os laços entre a Ecopedagogia e a promoção da cidadania planetária

A abordagem ecopedagógica está fundamentada nos conceitos de cidadania planetária e emerge da Educação Ambiental Crítica e da Ecologia Profunda. Ela ganha uma maior consistência quando propõe a integração das dimensões ambiental e social no processo educativo.

A partir de estratégias pedagógicas que sejam reflexivas e sensíveis, a Ecopedagogia compreende a necessidade de promover mudança na cosmovisão dos alunos numa perspectiva holística e sistêmica, uma vez que a educação deve considerar o todo, reconhecendo e valorizando as interconexões entre os sistemas naturais e as questões sociais (Bomfim Nobre et al. 2023; Dickmann, 2022).

Estudos como os de Carvalho (2020), Gadotti (2000) e Gutierrez e Prado (2013), entre outros, confirmam que as práticas educativas ecopedagógicas estão alinhadas ao conceito de educação integral e para o desenvolvimento sustentável. Tais práticas possuem foco na formação de cidadãos não apenas informados, mas também éticos, empáticos, solidários e conscientes na sociedade contemporânea, permitindo a construção da cidadania planetária. Para Carvalho (2002) o fenômeno da cidadania é complexo e definido historicamente, já que ela envolve direitos, deveres e a participação ativa dos indivíduos na vida política, social, econômica e cultural de uma comunidade ou país. O autor afirma ainda que, exercer apenas alguns desses direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não garante o gozo de outros, como segurança e emprego, por exemplo.

Semelhantemente, Gadotti (2000) explica que podem existir diferentes concepções de cidadania e cita ainda a concepção consumista (o que ele chama de cidadania de mercado), sustentada na competitividade capitalista globalizada e que se restringe à direitos individuais relacionados ao consumo de produtos e serviços. Essa competitividade da cidadania de mercado, citada pelo autor, é oriunda do processo de

globalização e este processo é totalitário e excludente, já que nele, distinguem-se os países globalizadores dos globalizados, gerando um retrocesso quanto aos direitos dos cidadãos do mundo, favorecendo o individualismo, a competitividade local e global (Bavaresco; Silva, 2018). Enquanto isso, a cidadania planetária sustenta uma visão unificadora do planeta, gerando uma sociedade comum, pertencente a uma "casa comum" (Carta Da Terra, 2000; Carvalho, 2017; Gadotti, 2000).

Portanto, ao falar sobre a cidadania planetária, devemos entender que muito mais do que uma simples expressão da cidadania, ela carrega consigo um conjunto de valores, princípios e comportamentos. Isso demonstra a percepção de Terra como casa, como comunidade, como Gaia, evitando o uso da expressão "cidadania global", já que o desejo é de realçar o sentimento de pertencimento ao planeta, e não a associar ao processo de globalização em si (Dickmann, 2022; Gadotti, 2000; Gutierrez, Prado, 2013).

Para Boff (1999), a casa humana não é o estado-nação, e sim a Terra como uma pátria/mátria comum. Este deve ser um espaço de segurança, cujo morador se sinta protegido depois de um dia de trabalho, da busca pela sua sobrevivência, onde ele possa se aconchegar com sua família, em seu lar. E esse espaço, segundo Gadotti (2000), não é um espaço "dado", ou seja, não é uma "dádiva", como nomeou Sales (1994) quando tratou das questões sociais históricas da cidadania brasileira, este espaço onde a humanidade vive e convive com todas as manifestações de vida, é um espaço construído e reconstruído diariamente, permanentemente, para que todos possam caber (Boff, 1999).

Frente a essas questões, para que ocorra o desenvolvimento da consciência e da cidadania planetária, cujo exercício pleno está intimamente ligado às demandas sociais diversas e às aspirações populares, é necessário se reeducar, olhar para dentro de si e, se necessário, se refazer por completo a partir de novas concepções de vida (Gutiérrez; Prado, 2013).

Assim, a Ecopedagogia defende uma espécie de revolução pedagógica e curricular, cujo centro seja a formação dos cidadãos para o mundo, que aprendam com a vida cotidiana, refletindo sobre a própria realidade e a realidade das comunidades em que estão inseridos. Para que os jovens possam refletir sobre a sua maneira de ser e estar neste planeta, de que forma suas ações diárias impactam na sociedade como um todo, e quais as possíveis soluções para um futuro sustentável, onde a sociedade possa viver em

harmonia com os recursos naturais (Dickmann, 2022; Gadotti, 2000; Gutiérrez; Prado, 2013).

Nesse contexto, a função social dos professores vai muito além do compromisso de mediar o processo de construção do conhecimento dos alunos. Eles também têm a responsabilidade de contribuir para a formação de cidadãos sabedores de seus direitos e aptos para transformar sua própria realidade. Isso implica, principalmente, em promover um ambiente que valorize a equidade, a justiça social e a inclusão, preparando os jovens para a participação ativa e crítica na sociedade (Gutierrez; Prado, 2013; Pascoal, 2016; Pena-Vega, 2023; Silva; Nobre, 2025).

A Carta da Terra (2000) defende o desenvolvimento de cidadãos planetários, que enxerguem muito além das barreiras geográficas, do preconceito cultural e da exclusão social. O documento defende o desenvolvimento de cidadãos que ignorem a rivalidade entre nações, que lutem contra os privilégios de países desenvolvidos e grandes monopólios. E para que esses cidadãos se desenvolvam, Gadotti (2000), assim como Gutiérrez e Prado (2013) destacam que a Ecopedagogia não somente potencializa discussões e debates, mas também se destaca como um movimento pedagógico capaz de propiciar oportunidades de aprendizagem significativas. Essas aprendizagens, não se restringem apenas à Educação Ambiental conservadora, que levanta uma "bandeira verde" do ambientalismo, sem sequer considerar as complexas questões sociais que envolvem a vida na Terra (Gutiérrez; Prado, 2013; Silva; Nobre, 2025).

Os autores Gutiérrez e Prado (2013); Silva e Nobre (2025), destacam que, tais oportunidades podem ser facilitadas a partir de ambientes naturais ou não, através de expressões artísticas e culturais, eventos educacionais de saúde e ação social. Para tanto, o movimento Ecopedagógico surge em resposta à necessidade de reconhecer e valorizar a vida em todas as suas múltiplas manifestações, propondo a inserção de novos referenciais ecossociais e espaços educativos interdisciplinares. Tais espaços, devem possuir uma proposta pedagógica prática, flexível, processual e holística, sem normas ou modelos preestabelecidos, que possam ser criados e recriados dia a dia, conforme a cultura da sustentabilidade demandada da sociedade (Gutiérrez; Prado, 2013).

Para reconhecer e implementar uma ética de consumo consciente, é fundamental, portanto, identificar os componentes que incluem os referenciais ecossociais, as práticas de Educação Ambiental Crítica e as abordagens Ecopedagógicas. Teoricamente, os referenciais ecossociais englobam conceitos como

educação para a sustentabilidade, justiça ambiental e climática, ecologia política, racismo ambiental, entre outros, que abordam as interações entre questões sociais e ambientais (Boff, 1999; Löwy, 2013; Meressi, 2016).

Portanto, sugere-se integrar as práticas de Educação Ambiental Crítica com as abordagens ecopedagógicas, entendidas por Gadotti (2000), como democráticas e solidárias, onde a aprendizagem ocorre pelo sentido das coisas, por meio da cotidianidade da vida. Essa ideia, vai ao encontro com o que é defendido por Sauvé (2005), cuja perspectiva crítica da Educação Ambiental não se limita a incentivar a mudança de comportamentos individuais, mas sim, ao questionar as estruturas sociais, políticas e econômicas que geram a crise ambiental.

Dessa forma, ambas as abordagens se baseiam em estratégias que fomentam a conscientização crítica e a ação transformadora, como a aprendizagem ativa, onde os alunos participam de debates e análises críticas sobre os impactos do consumo e devem incluir propostas interdisciplinares, que permitam a compreensão holística dos problemas ambientais e sociais (Gadotti, 2000; Gutierrez; Prado, 2013; Silva; Nobre, 2025; Sauvé, 2005). Além disso, é crucial que tais práticas sejam contínuas, não se limitando a projetos pontuais ou até mesmo à professores específicos, mas integrando-se de forma permanente no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas.

Desta forma, os estudantes podem desenvolver um entendimento mais profundo e significativo a respeito das questões socioambientais, engajando-se verdadeiramente em suas comunidades, mesmo após concluírem a educação básica. Para tanto, diante das reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo e com base nos referenciais da Ecopedagogia e da Educação Ambiental Crítica, elaborou-se o quadro 1 com propostas educativas que visam fomentar práticas escolares sensibilizadoras. As sugestões apresentadas foram desenvolvidas a partir da própria análise empreendida na presente pesquisa, a fim de dialogar com os conceitos discutidos nos capítulos anteriores, como justiça socioambiental, racismo ambiental, consumismo e desigualdade.

Assim, visando sintetizar ações interdisciplinares que materializam essa perspectiva e oferecem caminhos práticos para integrar a Ecopedagogia ao cotidiano escolar de forma interdisciplinar, crítica e transformadora, podemos visualizar no quadro1, as propostas que podem ser aplicadas em diferentes contextos educacionais, e adaptadas conforme a faixa etária dos estudantes. Portanto, tais propostas estão alinhadas aos diferentes atravessamentos relacionados à emergência climática.

Quadro 1 – Sugestão de propostas ecopedagógicas que fomentam a sensibilização e ação socioambiental e a sua relação com a emergência climática

Proposta	Descrição	Relação com a Emergência Climática Global
Projetos comunitários	Alunos identificam áreas locais afetadas por injustiças ambientais e desenvolvem propostas de intervenção, colaborando com as comunidades locais para resolver problemas ambientais específicos.	Confrontam diretamente as desigualdades socioambientais produzidas pelo capitalismo, empoderando os alunos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
Simulações de conferências ambientais internacionais	Estudantes podem representar diferentes países e negociar soluções para problemas ambientais no âmbito global.	Estudantes podem entender como funciona a relação de poder global e as diferentes responsabilidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, propondo soluções equitativas e sustentáveis.
Laboratórios de reciclagem	Alunos transformam resíduos em novos produtos, discutem o impacto do descarte incorreto, do consumo desnecessário e a importância da reutilização destes materiais para o ambiente.	Abordam a cultura do consumismo e o ciclo de desperdício que é inerente ao capitalismo, e promovem práticas de redução de resíduos.
Estudos de caso sobre injustiças ambientais	Análise de situações reais e atuais de injustiças ambientais, ajudando os alunos a conectar problemas locais com questões globais, promovendo uma compreensão profunda das causas e consequências das desigualdades socioambientais.	Evidenciam como o capitalismo gera desigualdades ambientais, mostrando aos estudantes as conexões entre políticas econômicas, exploração de recursos e injustiças sociais.
Feira de Trocas ou brechós comunitários	Organizar feiras onde a comunidade possa trocar ou comprar com preço simbólico, itens como roupas, livros, brinquedos etc., incentivando a reutilização e a redução do consumo.	Reduzem a dependência do consumo excessivo e conspícuo característico do capitalismo, e promovem práticas sustentáveis de uso de recursos.
Desenvolvimento de plataformas de Carona Solidária	Alunos podem ajudar a desenvolver sites, blogs, aplicativos, grupos, que promovam ou divulguem o compartilhamento de caronas, reduzindo o uso de veículos individuais e, consequentemente, a emissão de GEE.	Combatem a dependência do transporte individual, grande contribuidor para as emissões de GEE, promovendo alternativas coletivas e sustentáveis de mobilidade urbana.
Mutirões de plantio de árvores nativas	Alunos promovem o plantio de árvores nativas em áreas urbanas ou rurais, buscando a recuperação de áreas degradadas e a promoção da biodiversidade, discutindo a importância das áreas de proteção com os alunos.	Contribuem para a mitigação das mudanças climáticas e a recuperação da flora e fauna local, abordando diretamente os impactos da expansão capitalista sobre o ambiente.
Mapeamento de injustiças socioambientais locais ou regionais	Estudantes podem realizar visitas ou pesquisas em comunidades periféricas, em situação de vulnerabilidade social, quilombolas ou indígenas para identificar situações de injustiça ambiental (como falta de saneamento, riscos de desastres, poluição etc.). Promovendo rodas de conversa com moradores, propondo	Expõe aos estudantes como as populações mais vulnerabilizadas, especialmente negras e indígenas, sofrem desproporcionalmente os efeitos da crise climática, reforçando o debate sobre justiça socioambiental e racismo ambiental.

	ações de engajamento entre a própria comunidade.	
Jornadas literárias ou educativas sobre racismo ambiental, cultura de sustentabilidade, respeito à diversidade e inclusão social	Alunos e docentes organizam palestras, ciclos de debates, oficinas e exposições culturais em parceria com lideranças indígenas ou de movimentos étnico-raciais para discutir as raízes históricas e os efeitos do racismo ambiental no Brasil.	Promove um olhar crítico da crise climática como um fenômeno que é atravessado por inúmeras desigualdades, mostrando como o racismo ambiental se faz presente na base da distribuição desigual dos impactos climáticos.

Fonte: A pesquisa, 2025.

A partir das propostas do quadro 1, atentamos que, de acordo com Gadotti (2000), os problemas ecológicos são derivados da nossa maneira de viver e pelos valores transmitidos pelos currículos e pelos livros didáticos. Pena-Vega (2023) complementa que, no que tange à construção de conhecimento socioambiental, é necessário que o meio de aprendizagem, ou seja, o ambiente, recursos, ferramentas, técnicas ou métodos utilizados para facilitar o processo de aprendizagem, sejam apreciados pelos jovens. O autor afirma que as situações reais mais próximas de sua realidade, devem ser utilizadas como parâmetro para a construção do pensamento reflexivo, capacidade de julgamento e tomada de decisões frente à temas controversos como a crise climática, o consumo excessivo, os modos de produção capitalista, a desigualdade socioeconômica etc.

Para tanto, a Ecopedagogia questiona quais conteúdos escolares são realmente significativos na educação para um desenvolvimento sustentável. Ela propõe a reorganização dos currículos, programas e sistemas educacionais, questionando o papel da escola e dos professores na vida dos discentes, já que a escola precisa fazer com que o jovem passe do papel de vulnerável e suscetível a sofrer com a degradação ambiental ao papel de ator ativo na participação em movimentos sociais, tornando-se figura central na luta pelos direitos socioambientais das minorias (Gadotti, 2000; Pena-Vega, 2023; Schirts, 2022; Silva; Nobre, 2025).

Portanto, as sugestões de práticas apresentadas no quadro 1 não devem ser vistas como intervenções isoladas ou projetos pontuais, mas como parte de um movimento ecopedagógico permanente, capaz de dar novo sentido ao fazer pedagógico e fortalecer o protagonismo dos jovens estudantes frente às crises globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito refletir acerca da emergência climática, considerando os crescentes impactos ambientais causados pelo modo de produção capitalista dominante e suas implicações na intensificação das desigualdades sociais. Buscou-se, assim, contribuir para uma maior sensibilização da sociedade e promover o desenvolvimento de uma consciência e cidadania planetária. Além disso, procurou-se destacar a potencialidade da Ecopedagogia na construção de práticas educativas focadas na reflexão sobre o consumo.

Frente a isso, entendemos que enfrentar o consumismo inerente ao sistema capitalista, exige não apenas ações individuais, mas, sobretudo, mudanças estruturais, culturais e políticas. Nesse sentido, torna-se essencial que as práticas de Educação Ambiental Crítica e Ecopedagógicas, estejam articuladas com as iniciativas mais amplas de justiça social e ambiental, visando não apenas mitigar os impactos da crise climática, mas também abordar suas raízes mais profundas.

A partir das reflexões geradas pelo presente estudo, evidencia-se a importância de uma abordagem Ecopedagógica para enfrentar o consumismo excessivo do sistema capitalista, a fim de responder o mais rapidamente à emergência climática. Ao integrarmos temáticas que abordem a educação para a sustentabilidade, a justiça social e a responsabilidade socioambiental nos currículos escolares, nos aproximamos um pouco mais da formação da consciência planetária, da resiliência e do comprometimento com a construção de uma sociedade capaz de satisfazer as necessidades atuais da nossa geração, sem comprometer a capacidade do planeta, a qualidade de vida e as oportunidades das próximas gerações.

Em última análise, percebeu-se que este recorte temático já vem sendo explorado no campo acadêmico a partir de diferentes estudos. Entretanto, maiores debates e desdobramentos teóricos são necessários, não apenas pela amplitude do tema, como também pela complexidade do movimento Ecopedagógico que demanda um maior aprofundamento acerca das suas derivações conceituais e procedimentais.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda. **A culpa não é do clima:** o extremo climático no Rio Grande do Sul não é isolado. Combate ao Racismo Ambiental [site eletrônico], s/p, 2024. Disponível em:

https://racismoambiental.net.br/2024/05/13/a-culpa-nao-e-do-clima-o-extremo-climatico-no-rio-grande-do-sul-nao-e-isolado/. Acesso em: 22 mai. 2024.

ALVES-BRITO, Alan; ALHO, Kaleb. R. Educação para as relações étnico-raciais: um ensaio sobre alteridades subalternizadas nas ciências físicas. **Ensaio Pesquisa Em Educação Em Ciências**, n. 24, p. e37363, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epec/a/zGsLgXRmRn5CrPsbNq9kwNv/#. Acesso em: 19 mai. 2024.

BARBOSA, Ana. C. da S.; **Justiça climática à luz da litigância**. In: LOUBACK, Andréia Coutinho (coord.). Quem precisa de justiça climática no Brasil? Brasília: Observatório do Clima; Hivos, 2022. p. 81-86. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/08/Quem_precisa_de_justica_climatica-DIGITAL.pdf. Acesso em: 1 out. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAVARESCO, Paulo. R.; SILVA, Giovana. M. D. D. Mundialização, individualismo e movimentos sociais: construções da cidadania planetária?. **Alamedas**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/18265. Acesso em: 08 mar. 2025.

BELMONT, Mariana (org.). **O racismo ambiental chegou com as caravelas**. In: BELMONT, M. Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil. Instituto de Referência Negra Peregum: Editora Oralituras, 2023, p. 17-25. Disponível em: https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/. Acesso em: 04 mai. 2024

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar:** ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOMFIM NOBRE, Suelen; SILVA, Franciele. S.; SILVA, Priscila. M. S.; ZUCCHETTI, Dinorá.T. A Ecopedagogia Como Difusora de Práticas Educativas em Torno das Questões de Gênero e Diversidade Cultural. **Revista Conhecimento Online**, [S. l.], v. 2, p. 78–94, 2023. Disponível em: https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/3403. Acesso em: 29 mai. 2024.

CARTA DA TERRA. **Carta da Terra.** [eletrônica]. Disponível em: https://cartadaterrainternacional.org/leia-a-carta-da-terra/a-carta-da-terra/. Acesso em 20 abr. 2024.

CARVALHO, Edileide. A. **Educação ambiental, ecopedagogia e sustentabilidade**. Belo Horizonte: Dialética, 2020.

CARVALHO, Izabel. C. M. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.],

volume especial, 2008. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3387/2033. Acesso em: 13 ago. 2024.

CARVALHO, Jaciara. S. Uma concepção de cidadania (planetária) para formação cidadã. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 105–121, 2017. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/44516. Acesso em: 08 mar. 2025.

CARVALHO, José. M. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DICKMANN, Ivo. Reinventando a ecopedagogia: patriarcado, modernidade e capitalismo. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 1–16, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/18105. Acesso em: 22 jun. 2024.

FRANCISCO JUNIOR, Wilmo. E. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, p. 397–416, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/PyFjT66TFDL7jSNfpWCgMGw/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 mar. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: ed. Petrópolis, 2000.

GULARTE, Jenifer.; TEÓFILO, Sarah.; FARIA, Thiago; GONÇALVES, Eduardo; BANDEIRA, Karolini; OLIVEIRA, Eliane; CAMPOREZ, Patrik; ABEL, Victoria; DOCA, Geralda. **Rio Grande do Sul passará pela maior ação de reconstrução da história do país; confira os desafios de cada área**. O Globo-SOS - Rio Grande do Sul [site]. 12 de maio de 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/sos-rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/12/rio-grande-do-sul-passara-pela-maior-acao-de-reconstrucao-da-historia-do-pais-confira-os-desafios-de-cada-area.ghtml. Acesso em: 22 mai. 2024.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

HORA FILHO, Edmilton. A. **Ecopedagogia no Terreiro de Candomblé Angola.** Dissertação (Pós Graduação em Educação). Pernambuco: Universidade Federal do Pernambuco, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19463. Acesso em: 26 ago. 2024.

KLIMA, Marlou. C**. Educação, questões socioambientais e construção da cidadania planetária:** um estudo em escolas municipais de ensino fundamental da cidade de Encantado-RS. Dissertação (curso de pós-graduação *strictu sensu* ambiente e desenvolvimento). Lajeado-RS: UNIVATES, 2013. Disponível em: https://www.univates.br/bdu/items/bbce6e05-19f1-4b7e-93f9-b26b2efe1d32. Acesso em 30 set. 2025.

LOUREIRO, Carlos. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 37–54, 2003. Disponível em: https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897. Acesso em: 23 jul. 2024.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Dossiê Cad. CRH**, v. 67, n. 26, p. 79-86, abr. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006. Acesso em: 25 jun. 2024.

MERESSI, Fernando. S; SILVA, Maria. F. S. Mobilidade socioeconômica no Brasil, padrão de consumo e conflitos socioambientais. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 87-108, abr. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/X9sdjWCBhZJFKtzvmW8dYzj/?lang=pt. Acesso em 09 mar 2025.

OLIVEIRA, Valtenci. L.; JUNIOR, Orivaldo. P. L.; BATISTA, Cícera. P. Desigualdade social e crise ambiental: a negação de um mundo comum. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 110–122, 2023. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/10969. Acesso em: 27 mai 2024.

ONU BRASIL. **Países ricos usam seis vezes mais recursos naturais do que países de baixa renda, aponta relatório do PNUMA**. Nações Unidas do Brasil [site], s/p, 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br3/262067-pa%C3%ADses-ricos-usam-seis-vezes-mais-recursos-naturais-do-que-pa%C3%ADses-de-baixa-renda-aponta. Acesso em 19 mai. 2024.

ORTIZ, Renato. (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PASCOAL, Vivian. A. A. **A abordagem da pobreza e da desigualdade social no currículo escolar:** percepções que fundamentam os planejamentos e a prática docente das professoras do Ensino Fundamental I de uma escola particular filantrópica do município de Ponta Grossa-PR. Educação, pobreza e desigualdade social. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Curitiba – PR: UFPR, 2016. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/53797. Acesso em 19 mai. 2024.

PENA-VEGA, Alfredo. **Os sete saberes necessários à educação em mudanças climáticas**. São Paulo: Cortez Editora. 2023.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

QUINTANA, Ana. C.; HACON, Vanessa. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **Revista O Social em Questão**, v. 14, n. 25/26, 2011. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=41&sid=14. Acesso em: 14 mar 2024.

REDÓ, Pedro. G. **A educação ambiental crítica como instrumento de combate ao racismo ambiental brasileiro.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas,

2022. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/items/1f192933-0389-4145-ac4d-2362f9e2f2b3. Acesso em 03 mai. 2025.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **ANPOCS**, v. 9, n. 25, 1994. Disponível em: https://diegoazziufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/11/raicc81zes-da-desigualdade-brasileira_teresasales_rbcs25_021.pdf. Acesso em: 22 mai. 2024.

SALLES, Alexandre. O. T.; CAMATTA, Rafael. B.. A interpretação marginalista do consumo conspícuo: inconsistências e limitações da síntese neoclássica da Teoria da Classe Ociosa. **Economia e Sociedade**, v. 1, n. 19, p. 237–271, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/gVZh7s7ZFMbpmxyqSSxk9JK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 mai 2024.

SANT'ANA, Jonathas. V. B.; CUNHA, Regina. C. A.; SUANNO, João. H. Para Além do Discurso: ressignificar a educação ambiental, repensar a escola. **REVELLI - Revista de Educação, Linguagem e Literatura**, v.10, n.4, p. 118-136, 2016. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/7344. Acesso em: 12 mai 2024.

SANTOS, Izabela. P. de O. Nossos passos vêm de longe, para onde queremos caminhar? In: BELMONT, Mariana (org.). **Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil.** São Paulo: Instituto de Referência Negra Peregum; Oralituras, 2023. p. 27-36. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/08/Quem_precisa_de_justica_climatica-DIGITAL.pdf. Acesso em: 1 out. 2025.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 17-45.

SEVERINO, Antônio. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Priscila. M. S.; NOBRE, Suelen. B. Educação ambiental crítica e ecopedagogia: um olhar sobre Educação em Mudanças Climáticas (EMC). **Journal of Education Science and Health**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1–11, 2025. Disponível em: https://bio10publicacao.com.br/jesh/article/view/526. Acesso em: 07/05/2025.

SILVA, Rafael. B.; CARVALHO, Alonso. B. Educação e modos de subjetivação no capitalismo contemporâneo: reflexões a partir de Zygmunt Bauman. **Revista Espaço Acadêmico,** v. 13, n. 146, p. 20-26, 28 jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21244. Acesso em: 26/03/2025.

SILVA, Arthur. S. P.; SCHERER, Clauber. E. M.; PORSSE, Alexandre. A nova classe média: alterações de consumo e seus efeitos regionais. **Revista Brasileira de Estudos**

Regionais e Urbanos, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1–15, 2015. Disponível em: https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/78. Acesso em: 27/03/2025.

SOARES, Dennis. V.; LEAL, Pastora. S. T. Consumidor e redes sociais: a nova dimensão do consumismo no espaço virtual. **Revista Pensamento Jurídico**, v. 14, n. 1, p. 224-247, 2020. Disponível em: https://ojs.unialfa.com.br/index.php/pensamentojuridico/article/view/422. Acesso em: 26/03/25.

SOUZA, Pedro. H. G. F. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 891–892, 2016. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6181. Acesso em: 13/05/2024.

SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. **Lua nova: Revista de Cultura e Política**, n. 65, maio 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/s86jxqzZhKNHy9XXCJJgdVw/?lang=pt. Acesso em: 13/05/2024.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira:** quem é e como vive**.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf. Acesso em 13 mai. 2024.

VAZ, Daniela. V.; HOFFMANN, Rodolfo. Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras entre 2008 e 2017. **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 1, p. 163–186, jan. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/TT3zVmsGKxTZpCkLz93CjBG/?lang=pt. Acesso em 13 mai. 2024.